

Ética na pesquisa e o combate ao plágio acadêmico: uma prática educativa com o uso da sala de aula invertida

Ethics in research and combating academic plagiarism: an educational practice using the inverted classroom

Ética en la investigación y lucha contra el plagio académico: una práctica educativa utilizando el aula invertida

Recebido: 06/11/2020 | Revisado: 15/11/2020 | Aceito: 27/11/2020 | Publicado: 02/12/2020

Leonardo Henrique Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5612-9469>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Brasil

E-mail: leonardo.silva@ifgoiano.edu.br

Elisângela Ladeira de Moura Andrade

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5575-4932>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Brasil

E-mail: elisladeirama@gmail.com

Letícia Rodrigues dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8767-5411>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Brasil

E-mail: leticia.santos@ifgoiano.edu.br

Juliana Cristina da Costa Fernandes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4475-2581>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Brasil

E-mail: juliana.fernandes@ifgoiano.edu.br

Emmanuela Ferreira de Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3081-9028>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Brasil

E-mail: emmanuela.lima@ifgoiano.edu.br

Resumo

O presente trabalho tem como objeto uma prática educativa, no formato de um minicurso, voltado ao esclarecimento sobre ética na pesquisa e combate ao plágio acadêmico, realizado com o uso da metodologia ativa sala de aula invertida. Objetivou-se relatar o planejamento,

execução e avaliação dessa prática educativa. O referencial teórico foi fundamentado em autores como Krokosz (2012), Valente (2014), dentre outros, além de orientações da Capes e legislações brasileiras. Com caráter descritivo de abordagem qualitativa, a experiência foi fundamentada em revisão bibliográfica, a fim de referenciar a temática trabalhada, além da aplicação de questionário para coleta de dados da avaliação diagnóstica. Para efeito de resultados, o estudo apontou que a sala de aula invertida contribui substancialmente na formação de estudantes mais críticos, que expressam suas próprias opiniões, instiga a autonomia destes e enriquece a interação com o professor e entre os próprios estudantes. Ao final da prática educativa, pôde-se constatar que o minicurso foi um instrumento eficiente para ajudar no processo de formação em pesquisa dos estudantes participantes.

Palavras-chave: Ética na pesquisa; Plágio acadêmico; Sala de aula invertida; Metodologia ativa.

Abstract

The present work has as object an educational practice, in the format of a short course, aimed at clarifying ethics in research and combating academic plagiarism, carried out using the active methodology inverted classroom. The objective was to report the planning, execution and evaluation of this educational practice. The theoretical framework was based on authors such as Krokosz (2012), Valente (2014), among others, in addition to guidance from Capes and Brazilian legislation. With a descriptive character of a qualitative approach, the experience was based on a bibliographic review, in order to reference the theme worked, in addition to the application of a questionnaire to collect data from the diagnostic evaluation. For the purpose of results, the study pointed out that the inverted classroom contributes substantially to the formation of more critical students, who express their own opinions, instigate their autonomy and enrich the interaction with the teacher and between the students themselves. At the end of the educational practice, it was found that the mini-course was an efficient tool to help in the research training process of the participating students.

Keywords: Ethics in research; Academic plagiarism; Inverted classroom; Active methodology.

Resumen

El presente trabajo tiene como objeto una práctica educativa, en formato de curso corto, orientada a esclarecer la ética en la investigación y combatir el plagio académico, realizada utilizando la metodología activa del aula invertida. El objetivo fue informar sobre la

planificación, ejecución y evaluación de esta práctica educativa. El marco teórico se basó en autores como Krokosz (2012), Valente (2014), entre otros, además de orientaciones de la Capes y la legislación brasileña. Con un carácter descriptivo de abordaje cualitativo, la experiencia se basó en una revisión bibliográfica, con el fin de referenciar el tema trabajado, además de la aplicación de un cuestionario para recolectar datos de la evaluación diagnóstica. A efectos de resultados, el estudio señaló que el aula invertida contribuye sustancialmente a la formación de alumnos más críticos, que expresan sus propias opiniones, instigan su autonomía y enriquecen la interacción con el docente y entre los propios alumnos. Al final de la práctica educativa, se encontró que el minicurso fue una herramienta eficaz para ayudar en el proceso de formación investigadora de los estudiantes participantes.

Palabras clave: Ética de la investigación; Plagio académico; Aula invertida; Metodología activa.

1. Introdução

Plágio não é um problema atual. Trata-se de uma prática criminosa, presente na sociedade acadêmica há anos, que afeta todos os envolvidos no processo de produção do conhecimento, especialmente no âmbito educativo, como os autores, os redatores e os leitores. O plágio pode ser combatido por meio de ações coordenadas, elaboradas e postas em prática pelas instituições de ensino. Dentre as possibilidades, estão as capacitações, as quais podem ser oferecidas aos estudantes, no sentido de colaborarem para o processo de escrita científica, visando evitar que incorram em desvio da ética.

O plágio constitui uma conduta que vai de encontro a uma formação ética. Para Nunes e Souza (2018), independentemente dos projetos educativos e das formas de colocá-los em prática, o componente ético está presente em toda e qualquer instituição educativa. Considerando-se a educação profissional e tecnológica, corrobora-se neste estudo com Ramos (2014, p. 94-95), quem destaca ser fundamental que “a (re)produção de conhecimento esteja orientada por um sentido ético” e que a pesquisa, enquanto princípio pedagógico, “está intimamente relacionado ao trabalho como princípio educativo, o qual ao ser assumido em uma educação integrada contribui para a formação de sujeitos autônomos que possam compreender-se no mundo e dessa forma, nele atuar, por meio do trabalho”.

Nesse sentido, este estudo propõe a capacitação de estudantes, por intermédio de uma prática educativa materializada em um minicurso, justificando-se como recurso para que os

estudantes façam uso ético de dados e informações na construção do conhecimento e, assim, possam ser formados na perspectiva da formação humana integral.

No âmbito educativo, por vezes, é importante introduzir mudanças para que os processos de ensino-aprendizagem consigam os resultados esperados. O aparecimento de novas tecnologias de informação e comunicação tem impactado nos processos educativos atuais, o que demanda dos profissionais docentes que sejam maleáveis ao selecionarem e praticarem metodologias mais flexíveis, que colaborem no cumprimento dos objetivos traçados para o ensino-aprendizagem.

Diante da suspensão das aulas presenciais, devido ao isolamento social advindo da pandemia do novo coronavírus, no ano de 2020, e da possibilidade de uso de métodos de ensino baseados no uso de tecnologias de informação e comunicação, optou-se, na execução do minicurso, pelo uso da metodologia ativa sala de aula invertida. As metodologias ativas têm sido usadas no sentido de destacar o protagonismo do estudante. O professor deixa de ser o transmissor do saber, como na tendência tradicional, passando a ser o mediador do conhecimento.

A sala de aula invertida é uma forma de ensino que muda a configuração tradicional, em que o professor expõe o conteúdo em sala de aula e o estudante faz as atividades em casa. A inversão ocorre em função de os estudantes anteriormente terem tido contato com os materiais que o professor vai trabalhar em sala de aula. O tempo nas aulas é utilizado não mais para o professor meramente expor conteúdos, mas para tirar dúvidas, resolver problemas, promover debates, dentre outras atividades que corroboram com a construção do conhecimento.

Isso posto, este artigo tem como objetivo relatar a experiência ocorrida, por meio do Minicurso de Ética na Pesquisa e Combate ao Plágio Acadêmico, em que foi utilizada a metodologia ativa sala de aula invertida como forma de ensino, para subsidiar o aprendizado dos conceitos trabalhados durante a prática educativa.

2. Metodologia

Este trabalho tem como base duas aulas realizadas no Minicurso de Ética na Pesquisa e Combate ao Plágio Acadêmico, oferecido a estudantes do curso de Pedagogia, modalidade educação a distância, em um campus do Instituto Federal Goiano (IF Goiano). Segundo Pereira, Shitsuka, Parreira & Shitsuka (2018, p. 94-95), “quando se escreve um artigo científico, está se relatando resultados de alguma descoberta, experiência realizada,

descrevendo algum caso, relatando alguma experiência vivida, descrevendo algum fenômeno ocorrido ou ainda fazendo uma revisão bibliográfica em relação a algum tema”. Dessa forma, pretende-se, neste artigo, relatar o desenvolvimento e resultados do minicurso mencionado, a fim de compartilhar os conhecimentos adquiridos.

O minicurso foi disponibilizado por meio do ambiente virtual de aprendizagem – *AVA-Moodle*. Os dados e informações levantados durante o desenvolvimento da proposta foram descritos e analisados neste relato de experiência. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 52), a pesquisa descritiva ocorre “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário, a fim de obter uma avaliação diagnóstica do conhecimento prévio dos participantes sobre a temática a ser trabalhada.

O processo de planejamento e realização do minicurso iniciou-se por meio do contato com o responsável pela educação a distância do campus, via aplicativo de mensagens *WhatsApp*. Durante a conversa, foi apresentado como seria realizado o minicurso, os conteúdos a serem trabalhados, o motivo da escolha da turma, dentre outras informações.

Tendo sido aceita a proposta, definiu-se que o minicurso seria realizado em somente um polo do curso de Pedagogia, na turma do quarto período. O responsável pela educação a distância (EAD) solicitou uma reunião para que o proponente apresentasse maiores informações, tanto para ele quanto para outros servidores que, de certa forma, estariam envolvidos no processo de implantação do minicurso. Logo, foi marcada uma reunião com o mesmo, além de uma servidora cedida pelo município, quem trabalha no setor de EAD, e o responsável pelo registro acadêmico do campus. Como resultado, ficou acordada a participação do mediador em uma reunião de tutores e estudantes, a criação do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) não vinculado a nenhuma disciplina ofertada no curso de Pedagogia, além de a certificação envolver o bibliotecário responsável pelo minicurso.

O primeiro contato com os estudantes do curso foi em uma reunião com tutores e alunos do curso de Pedagogia. O mediador foi apresentado por uma tutora, quando teve espaço para expor o minicurso e dar maiores informações aos interessados. A tutora inseriu o professor do minicurso em um grupo de *WhatsApp* para que este novamente apresentasse o

projeto, em virtude de não ter havido a presença de todos os estudantes na reunião com os tutores.

Em função da demanda apresentada, criou-se um novo grupo de *WhatsApp* e foram inseridos todos aqueles que tinham interesse em participar. Esse espaço foi utilizado para tirar dúvidas, dar sugestões, disponibilizar materiais do minicurso e promover interação entre professor e estudantes. Considerou-se a demanda significativa, tendo em vista que a participação no minicurso era voluntária. De um total de 72 estudantes do quarto período, 41 participaram do minicurso, o que corresponde a 56,94%, ou seja, mais da metade da turma. O minicurso foi executado entre os dias 25/06/2020 e 01/07/2020.

Em relação aos materiais utilizados, optou-se por curadoria de conteúdo. Para o contato antes dos encontros (virtuais, em função do contexto pandêmico), como pressupõe a metodologia ativa da sala de aula invertida, foram disponibilizados, com antecedência no grupo de *WhatsApp*, links de videoaulas e material textual para estudo e leitura por parte dos estudantes. Posteriormente, esses materiais foram disponibilizados no AVA - *Moodle*, da instituição.

A seguir, será abordado o tema ‘sala de aula invertida’, metodologia ativa utilizada no minicurso, evidenciando as possibilidades que ela traz na construção ativa do conhecimento, considerando que o estudante é o centro do processo ensino-aprendizagem e corresponsável por ele.

3. Sala de Aula Invertida

Atualmente, os professores mediam conhecimentos com novas gerações de estudantes, que estão inseridos no contexto da sociedade do conhecimento, em que o acesso a novas tecnologias facilita o uso de informações por meio da rede mundial de computadores, a Internet. Esse cenário intenso de uso de tecnologias de informação e comunicação tem ensejado o uso de formas de ensino alternativas, que demandam mudanças no comportamento dos estudantes em relação ao processo ensino-aprendizagem, já que essas novas formas estimulam o espírito criativo, o trabalho em equipe e a busca pelo conhecimento para além do ambiente escolar.

No processo de construção do conhecimento pelos estudantes, novas formas de ensino têm sido utilizadas pelas instituições, como meios para promover uma participação mais ativa dos estudantes, deixando de encará-los como meros receptores de informações. Uma das

alternativas que têm se destacado, envolvendo o uso de novas tecnologias no ensino, é a adoção da sala de aula invertida.

A sala de aula invertida envolve uma forma de ensino híbrido, que mescla tanto atividades educativas presenciais quanto *on-line*. Os indivíduos não aprendem de maneira uniforme, uns são mais auditivos, outros mais visuais, outros combinam as duas formas apontadas e, em se tratando de metodologias de ensino, há que se pensar que não existe uma única forma correta a ser utilizada para o processo ensino-aprendizagem. Assim, o ensino híbrido pode tornar-se uma alternativa diante da multiplicidade de situações que envolvem o ambiente educativo.

Essa metodologia de ensino não surgiu agora, data de 1996, quando Lage, Platt e Treglia usaram a ideia de classe invertida ou "*inverted classroom*" na disciplina de microeconomia que ministravam na Miami University (Valente, 2014). Conforme o autor,

o conteúdo e as instruções são estudados *on-line* antes de o aluno frequentar a sala de aula, que agora passa a ser o local para trabalhar os conteúdos já estudados, realizando-se atividades práticas como resolução de problemas e projetos, discussão em grupo, laboratórios etc (Valente, 2014, p. 85).

Assim, os ambientes de aprendizagem devem instigar, nos estudantes, a segurança para que participem e tirem suas dúvidas. No modelo da sala de aula invertida, o aluno é o protagonista e responsável pelo seu processo de aprendizagem, sendo, por consequência, mais participativo nas atividades desenvolvidas. O tempo que era necessário para exposição dos conteúdos, característica do modelo tradicional de ensino, pode ser mais bem aproveitado pelo professor, prestando melhor atenção aos estudantes, fornecendo *feedbacks* constantes e, assim, tornando a aprendizagem mais significativa.

Fazer uso da metodologia ativa sala de aula invertida não elimina as formas tradicionais de ensinar, sendo que podem coexistir pacificamente em uma unidade de ensino. Importante destacar que não existe uma única maneira de realizar uma sala de aula invertida e que os materiais a serem utilizados vão variar conforme os objetivos estabelecidos para aquela prática educativa. Uma das possibilidades para implantar a proposta é o uso de videoaulas. Estas podem ser elaboradas pelo próprio professor, gravando, por exemplo, as aulas que ministra ou utilizando materiais já elaborados e disponibilizados em plataformas como *Youtube*, exercendo, nesse caso, curadoria de conteúdo.

A eficiência da sala de aula invertida pode ser comprometida em função da liberdade, a qual facilita a procrastinação dos estudantes, ou caso alguns deles não vejam o material

disponibilizado antes da aula presencial. Trata-se de uma situação que pode afetar o rendimento desses estudantes, fazendo com que não tenham condições adequadas de acompanhar o andamento das aulas. Uma possibilidade seria a aplicação de um questionário antes do início da aula, visando identificar quais estudantes realmente estudaram e quais não e, assim, desenvolver estratégias que possam atingir todos, não somente os que tiveram contato prévio com o conteúdo.

No atual cenário, em que as novas tecnologias de informação e comunicação estão cada vez mais presentes na vida dos estudantes e adentrando os muros das escolas, a sala de aula invertida constitui uma ferramenta que, utilizada com planejamento, pode contribuir para a formação de sujeitos que sejam ativos e partícipes no tocante ao ensino-aprendizagem. Porém, essas mesmas tecnologias trouxeram uma maior facilidade para plagiar. O próximo tópico tratará dessa temática, abordando os principais tipos de plágio e as possíveis consequências do desvio da ética na pesquisa científica.

4. Plágio

O ato de plagiar não é um fenômeno tão recente quanto possa parecer, é uma prática que vem desde a antiguidade. Plágio, no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, significa “assinar ou apresentar como seu (obra artística ou científica de outrem). Imitar (trabalho alheio)” (Ferreira, 1986, p. 1343). Quando uma pessoa apresenta algo que foi feito por terceiro como sendo produção própria, sem fazer uso de recursos que identifiquem o criador primeiro do recurso, pode-se falar que ocorre o plágio. Trata-se de um problema que tem sido objeto de estudos em diversas partes do mundo, resultando em muitos trabalhos e eventos que abordam a temática por diferentes perspectivas.

Atualmente, em função da maior facilidade de identificação e também da divulgação por canais de comunicação de massa de práticas envolvendo casos de plágio, instituições que lidam diretamente com a produção do conhecimento científico têm tido uma maior preocupação com o assunto, inclusive elaborando documentos públicos com a finalidade de orientação quanto ao plágio e sua eliminação nas instituições de ensino brasileiras. Tendo como parâmetro as orientações feitas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) elaborou uma recomendação para instituições de ensino públicas e privadas brasileiras para que

adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades (CAPES, 2011, p. 1).

Outro documento orientador é o Código de Boas Práticas Científicas, elaborado no ano de 2014 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que estabelece “diretrizes éticas para as atividades científicas dos pesquisadores beneficiários de auxílios e bolsas da FAPESP [...]” (Fapesp, 2014, p. 15). Apesar de ser um tema que vem sendo discutido no meio acadêmico internacional há muito tempo, a preocupação por parte de instituições brasileiras é recente, conforme as datas dos documentos acima citados.

O ato do plágio envolve geralmente um redator e um autor. No entanto, quando analisado no contexto educacional, envolve um terceiro sujeito presente na relação fraudulenta, que é o leitor, quem recebe o trabalho feito. Esse leitor usualmente é representado por professores orientadores que creem se tratar de produção original quando, na verdade, é uma cópia de outros trabalhos ou textos (Krokosczyk, 2012). Nesse último caso, algumas razões podem ser observadas: o redator pode escolher por citar e referenciar as fontes ao final do processo de escrita de um trabalho e não se lembrar de fazê-lo; o redator pode desconhecer o conceito de plágio ou não saber identificá-lo (Krokosczyk, 2012).

As práticas de plágio intencional ou acidental podem materializar uma variedade de tipologias de plágios. Os mais comuns no âmbito educacional, tendo como referência estudos internacionais, são plágio direto, indireto, de fontes, autoplágio e o plágio consentido. O plágio direto ocorre quando o plagiador copia trechos de um determinado trabalho, exatamente como estão redigidos no trabalho original, sem fazer uso de citação e referência. O plágio indireto pode ocorrer sob três formas: paráfrase sem citação ao documento original, o mosaico e o plágio de chavões (Krokosczyk, 2012). O indireto por meio de paráfrase acontece quando o redator baseia o seu texto em um texto de determinado autor, mas sem fazer a devida citação e a referência da fonte consultada.

No mosaico, o plagiador faz uso de informações de diversos trabalhos e conecta as ideias por meio de recursos gramaticais, incluindo também pensamentos próprios para fechar o seu raciocínio. Porém, ele não cita as partes utilizadas para compor, por exemplo, um parágrafo. Dessa forma, o parágrafo parece ser original, mas foi composto a partir de ideias de diversos autores sem que fossem citados.

Quando determinada pessoa, para a produção de seu texto, faz uso de citações presentes nos trabalhos que consulta, mas sem verificar e citar os documentos originais,

configura-se o caso de plágio de fontes. Essa prática constitui plágio na ação de enganar o leitor, fazendo-o crer que o redator se deu ao trabalho de pesquisar materiais para a elaboração do seu texto, quando, na verdade, parte das citações usadas foram retiradas de outros trabalhos sem a consulta aos originais. O plágio de chavões ocorre quando alguém utiliza, como produção própria, expressões que foram pensadas por outros autores, como a expressão “revolução científica” de Alexandre Koyré. Em sua produção, o plagiador afirma que foi o inventor da expressão, sendo que a mesma foi inventada por outra pessoa (Krokoscz, 2012).

Quanto ao plágio consentido, pode ocorrer de duas maneiras: seja através do conluio entre colaboradores ou conluio comercial (Krokoscz, 2012). No caso do conluio entre colaboradores, um trabalho que foi elaborado por uma pessoa é cedido para o plagiador para apresentação em uma outra circunstância, a exemplo de uma disciplina. São feitas pequenas alterações no antigo trabalho, tais como mudança de nomes, datas, de instituição e entregue como se fosse uma produção original, oriunda do esforço de quem está cometendo a prática. O conluio comercial ocorre quando da compra de trabalho por meio de uma pessoa física ou alguma empresa que confecciona trabalhos e os vende para terceiros.

Quando o plagiário comete plágio em relação a sua própria produção anterior, incorre na categoria conhecida como autoplágio. Quando o indivíduo se utiliza de trabalhos feitos por ele e apresentados em distintas situações anteriores, mudando somente alguns dados para apresentação a uma nova finalidade, sem fazer a autocitação e referenciando o trabalho usado, está cometendo autoplágio.

Os atos de plágio são passíveis de enquadramento com base na legislação brasileira. Quem comete plágio está violando o direito de autor, podendo ser responsabilizado cível e criminalmente. Conforme o art. 184 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a violação de direito autoral pode acarretar pena de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa. No Brasil, existe uma legislação específica quanto aos direitos autorais, que é a Lei 9.610/1998, a qual elenca um rol de sanções civis, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. A contrafação especificada na Lei de Direitos Autorais diz respeito a uma reprodução não autorizada, o que define o plágio.

Os motivos que levam uma pessoa a incorrer no crime do plágio são diversos. As principais alegações usadas podem ser: falta de tempo, ausência de ética, dificuldade com produção escrita, facilidade de copiar informações oriundas da internet, questões procedimentais (citações e referências), dentre outros motivos. Atualmente, o volume de informações disponíveis por meio da internet e a sensação de impunidade conhecida por

determinados indivíduos resultam no uso criminoso de dados e informações reproduzidas, mas que deveriam ser creditadas e referenciadas. A dificuldade com a escrita científica vem do percurso formativo do sujeito, quando, em etapas anteriores de níveis educacionais, não foi instigado a desenvolver a escrita, a constituir-se como leitor e escritor, tendo sido exigido meramente a reprodução de informações presentes em livros e enciclopédias, além da possibilidade de uso de informações presentes na rede mundial de computadores.

Para evitar os motivos acima alegados, alguns recursos e estratégias podem ser utilizados visando eliminar essa prática criminosa. Ações de conscientização ética, mudança nas formas de exigência de entrega de trabalhos científicos, capacitações técnicas e metodológicas, uso de recursos de detecção de plágio, políticas institucionais normativas e legislações são ações apontadas pelas instituições de ensino (Krokoscz, 2012).

Conforme mencionado, no início da execução do minicurso, foi aplicado aos participantes um questionário, a fim de se obter uma avaliação diagnóstica sobre o conhecimento prévio dos estudantes acerca da temática a ser trabalhada. O próximo tópico trará os detalhes desse questionário, bem como os resultados obtidos.

5. Avaliação Diagnóstica

Antes dos encontros síncronos via *Google Meet*, foi elaborado um questionário composto por seis questões, sendo cinco de múltipla escolha e uma discursiva, visando diagnosticar quais os conhecimentos prévios que os estudantes possuíam sobre os conceitos que seriam trabalhados no decorrer da prática educativa. O questionário foi elaborado no *Google Forms* e encaminhado para os *e-mails* dos inscritos no minicurso sem solicitação de identificação pessoal de nenhum dos sujeitos, garantindo, assim, o anonimato dos respondentes.

Quando questionados se já tinham ouvido falar sobre plágio, 78% informaram que já haviam ouvido falar antes de ingressarem no IF Goiano e 19,5% que sim, mas depois que começaram a estudar no Instituto. Durante o primeiro encontro síncrono, foi relatado por uma participante que durante a disciplina Mídias ofertada no quarto período do curso, foi tratada a questão do plágio de forma muito superficial, sem maiores aprofundamentos e com foco em um programa de detecção de plágio. Mesmo que tratada de forma breve em uma disciplina, fica clara a preocupação por parte da grade curricular do curso em trabalhar a temática. Dessa forma, pelos dados apresentados, a maioria já tinha ouvido falar de plágio em algum momento de suas vidas (97,5%).

A questão seguinte tratou de identificar se os respondentes indicavam a alternativa correta quanto à definição do conceito de plágio. Quase cem por cento (97,6%) indicaram a alternativa correta de que o plágio se refere a reproduzir um texto sem fazer as devidas citações e sem referenciá-lo. Para um participante, o plágio constitui escrever um texto utilizando as ideias de vários autores e citar as fontes utilizadas, o que iria de encontro à definição de plágio, ou seja, a definição escolhida é a forma de se evitar o mesmo. Assim, pode-se inferir que os pesquisados possuíam um bom entendimento sobre o conceito de plágio.

A terceira questão tratou da legislação referente ao plágio. Para 39 sujeitos, o que corresponde a 95,1% dos pesquisados, o plágio pode ser considerado um crime. Apenas uma pessoa respondeu não saber. Quanto à tipificação do plágio como prática criminosa, percebe-se que, dentre os respondentes, está nítida essa tipificação e que devem evitar incorrer nessa prática para não sofrerem as consequências previstas em lei. O plágio, conforme a legislação que trata dos direitos autorais, se enquadraria na contrafação, que seria uma reprodução não autorizada, e poderia ser tipificado como crime no código penal brasileiro, no artigo 184 (Krokosz, 2012).

Na quarta questão, foi apresentada a seguinte situação hipotética: um estudante entregou um trabalho, no qual mais da metade do conteúdo foi transcrito de um trabalho científico feito anteriormente por ele. Na nova versão, foram modificados apenas alguns itens, como data, nome da disciplina, introdução e conclusão. Em nenhum momento, foi esclarecido que o conteúdo do trabalho era praticamente o mesmo de outro trabalho, feito pelo mesmo estudante. Foi questionado aos participantes se, nessa situação hipotética, houve plágio ou não por parte do estudante. Os dados mostram que, para 63,4% dos respondentes (26 pessoas), houve plágio.

Os dados levantados demonstram falta de conhecimento quanto à tipologia de forma de ocorrência do plágio, o autoplágio, para uma parcela considerável dos respondentes (36,6%). O autoplágio ocorre quando a pessoa comete plágio contra ela mesma e “quando um mesmo trabalho intelectual é entregue a pessoas diferentes em situações diferentes, mas não é indicado que o conteúdo que está sendo apresentado já foi utilizado em outras circunstâncias” (Krokosz, 2012, p. 53). Portanto, não dominar as categorias nas quais o plágio pode ser classificado pode ser motivo para que estudantes cometam um determinado tipo de plágio, como o de fontes ou, como no caso da situação hipotética, o autoplágio.

A questão seguinte perguntava quais os motivos que levam os estudantes a cometerem o plágio. Os três principais apontados foram: dificuldade para escrever textos (33 pessoas –

80,5%), facilidade de copiar da internet (24 pessoas – 58,5%) e desconhecimento das regras de indicação e identificação das fontes (23 pessoas – 56,1%). A internet, ao mesmo tempo que contribui para a elaboração dos trabalhos acadêmicos, também facilita a utilização de seus recursos de forma indevida, incorrendo em plágio com a ajuda de programas editores de textos.

Assim como outros recursos, conforme Bonette e Vosgerau (2010, p. 13), “o meio eletrônico, representado pela internet, está inserido na proteção legal vigente, sendo perfeitamente cabível a reivindicação dos direitos autorais violados por esse recurso [...]”. Desconhecer as regras de indicação e identificação das fontes diz respeito a saber como citar e referenciar materiais utilizados na produção acadêmica, o que poderia ser classificado como casos de plágio acidental, quando “o redator acaba cometendo plágio sem querer simplesmente porque não sabe utilizar de forma correta as regras técnicas relacionadas à escrita científica que correspondem a determinadas convenções acadêmicas” (Krokosz, 2012, p. 72).

Em âmbito nacional, existe a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que dispõe de uma norma específica para citações e outra para referências: a norma brasileira (NBR) 6023 Informação e documentação: Referências: elaboração e NBR 10520 Informação e documentação: citações em documentos: elaboração. A capacitação em normalização contribui para que os estudantes saibam como citar corretamente e identificar as obras que usam para a elaboração de seus trabalhos, sendo que podem ser oferecidas tanto por disciplinas presentes nos cursos quanto por servidores com formação específica, caso dos profissionais bibliotecários.

Com relação à pergunta: ‘o que você entende por paráfrase?’, obteve-se uma diversidade de respostas, dentre as quais: “texto elaborado com base em outro já existente”, “paráfrase é quando copia ou modifica algumas palavras de um autor em seu texto sem referenciá-lo”, “primeira vez que ouço falar”, “é uma reformulação de um texto”, “transcrever um texto com outras palavras”. Pôde-se observar que o conceito de paráfrase para alguns respondentes não está bem nítido, às vezes se confundindo com a definição de plágio, seja por falta de conhecimento ou por uma definição mais precisa do que seja paráfrase.

Os dois encontros foram trabalhados considerando esse conhecimento prévio dos participantes, tendo sido aprofundada a temática do plágio e a importância da postura ética na produção científica. Relata-se, a seguir, detalhadamente, cada um desses encontros.

6. Relato da experiência didática

6.1 Aula 1

A primeira aula aconteceu no dia 25/06/2020. Com os dados coletados por meio dos questionários respondidos, os pontos de maior divergência foram tratados durante esse encontro. Os principais conceitos trabalhados foram: as categorias de plágio, legislação referente ao plágio, código de ética do pedagogo e os motivos para a prática do plágio. Apresentou-se a seguinte questão para discussão: o plágio seria uma questão conceitual, procedimental ou atitudinal¹? Foi uma discussão que contou com a participação de alguns estudantes e que envolveu relatos de experiências passadas de algumas alunas, quanto ao plágio e seus processos formativos anteriores. Durante a discussão, a estudante identificada como M.C. expressou que seria, na opinião dela, a conjunção das três questões. O mediador, visando estimular ainda mais sua participação, pediu para que explicasse essa união das três questões. Dessa forma, essa atividade envolveu um elemento componente das metodologias ativas, segundo Zilda Kessel (n.d), quem afirma que “as metodologias ativas compreendem a experiência e a ação dos alunos como elementos decisivos para a aprendizagem”.

Foram disponibilizados aos participantes dois materiais, sendo um vídeo e um texto. As estudantes A.C. e M.A.C. expressaram não concordarem muito com a opinião da professora do vídeo. Pôde-se observar, dessa forma, uma criticidade das mesmas, uma autonomia em relação ao que foi dito no vídeo, uma característica do uso de metodologia ativa. O estudante tem liberdade de expressar-se, não simplesmente aceita tudo que lhe é fornecido de forma acrítica.

Ainda em relação aos materiais disponibilizados, a estudante L.G. questionou onde o material havia sido disponibilizado, se por meio de e-mail institucional. Os materiais para a primeira aula foram colocados no grupo de *WhatsApp* e, posteriormente, no AVA-*Moodle*. O fato da estudante não ter tido contato com o material de estudo antes do encontro é uma das diversas críticas apontadas pela literatura científica quanto ao uso da sala de aula invertida. O estudante pode, dessa forma, estar despreparado para a participação que dele seria requerida e

¹ O aspecto conceitual envolveria o conhecimento sobre o(s) conceito(s) de plágio por parte dos sujeitos. A questão procedimental diz respeito à prática de fazer citações e referências de uma forma que não configure a prática do plágio. A atitudinal relaciona-se aos comportamentos individuais de cada pessoa, a decisão entre agir de forma ética ou antiética na escrita científica.

que, segundo Valente (2014, p. 93), poderia “não ter condições de acompanhar o que acontece na sala de aula presencial”.

Durante o encontro, o mediador fez um paralelo entre plágio e o Código de Ética do Pedagogo. No Código, há um artigo que trata sobre a produção de trabalhos científicos e a necessidade de se seguir normas quando da produção dos mesmos. O objetivo foi instigar a reflexão dos futuros profissionais quanto ao comportamento ético durante o seu processo de formação e depois de formados.

O que foi observado durante a primeira aula foi uma participação tímida dos estudantes, quando incentivados pelo professor. No entanto, as contribuições dadas por alguns deles foram significativas para o andamento da aula, tanto que, inicialmente, estava prevista a duração da aula para 50 minutos e terminou com uma hora e dezessete minutos.

Pôde-se observar, durante a aula, alguns dos motivos apontados por Bergmann e Sans (2016) para o uso de sala de aula invertida por parte de docentes. Um dos motivos defendidos pelos autores é que o uso de sala de aula invertida contribui nos estudos de estudantes que possuem diferentes tipos de atividades. Pela fala de algumas participantes, ficou nítido que possuem outras atividades que precisam conciliar com o curso de Pedagogia. Desse modo, disponibilizar o material anteriormente ajuda para que as mesmas consigam continuar estudando e desempenhando as suas múltiplas tarefas porque podem ver os materiais de estudo onde e quando quiserem e quantas vezes acharem necessário. Outra justificativa para a sala de aula invertida, conforme os autores e de fato atentado pelo mediador, foi uma maior interação deste com os estudantes. Provocar a participação mais ativa dos estudantes, expressando suas opiniões e dúvidas, estreitou e colaborou para uma maior aproximação com eles.

6.2 Aula 2

Os conteúdos trabalhados durante a segunda aula dão seguimento aos conteúdos abordados na primeira aula. Pela natureza eminentemente técnica dos conteúdos dados, utilizou-se de uma apresentação de *PowerPoint*. Os conceitos vistos foram: como fazer citações e referências conforme as normas técnicas da ABNT.

A aula aconteceu no dia 01/07/2020 e os estudantes tiveram contato com um material antes do encontro via *Google Meet*. Foi disponibilizado um vídeo da plataforma *Youtube* no grupo de *WhatsApp*. Desse modo, disponibilizar o material com antecedência, para que os

estudantes tivessem contato antes do encontro, condiz com o que dispõe a sala de aula invertida.

O mediador inseriu outros elementos para que os estudantes participassem ativamente, conforme o que dispõe o uso de metodologias ativas. Dessa forma, logo no início da aula, foram apresentados alguns casos de plágio envolvendo políticos e pesquisadores profissionais. Logo em seguida, foi feita uma roda de conversa sobre um questionamento que envolve diretamente os casos de plágios mostrados: a humilhação e a vergonha da descoberta intimidam o plagiário? Pôde-se perceber uma maior participação dos estudantes na roda de conversa, expondo suas impressões e saberes sobre a pergunta posta. Por meio dessa atividade, alguns participantes expressaram suas opiniões, indo ao encontro do que pressupõe a prática da sala de aula invertida, conforme Oliveira (2017, p. 13) “transformar os alunos de meros ouvintes a agentes de sua própria educação, contribuindo com sua criticidade”.

Outra proposta de atividade foi uma discussão sobre uma frase retirada da internet, a qual o mediador julgou bastante interessante e relacionada aos conceitos anteriormente vistos. O objetivo era proporcionar que os estudantes pudessem participar ativamente da aula, o que foi alcançado, tendo em vista que a participação na discussão foi muito satisfatória.

A segunda aula foi muito proveitosa. Constatou-se uma maior interação dos estudantes com o mediador e também entre eles. Sentiram-se mais abertos para questionar, discutir e expor suas opiniões. O mediador não foi o centro do processo, em todo tempo instigando os estudantes a serem protagonistas do desenvolvimento de sua aprendizagem. Pôde-se observar, a partir das participações dos estudantes na discussão, que a prática educativa contribuiu com informações muito úteis sobre plágio, auxiliando na prevenção da prática e no processo formativo dos estudantes, já que, enquanto futuros pedagogos, precisam compreender a importância da temática também na formação de seus alunos.

7. Considerações Finais

A educação não se limita aos espaços formais de ensino. Outros espaços também desempenham função educativa e colaboram no cumprimento dos objetivos traçados para o ensino, pesquisa e extensão, como as bibliotecas, por exemplo. Por meio de produtos e serviços, estas podem dar suporte ao processo ensino-aprendizagem. Diante do exposto, a prática educativa desenvolvida contribui para a formação dos sujeitos, com conhecimentos que os ajudam a melhor desenvolverem suas pesquisas e trabalhos acadêmicos.

O uso de novas tecnologias de informação e comunicação tem influenciado nas práticas educativas, ensejando modos de ensino-aprendizagem não convencionais. Como exemplo, a sala de aula invertida faz uso de tecnologias para planejamento e realização de aulas, sendo os materiais de estudo disponibilizados aos estudantes previamente, antes do encontro presencial (ou virtual, como no relato apresentado).

Pôde-se concluir que o uso da sala de aula invertida, na prática educativa aqui relatada, apresentou benefícios, tais como a realização de discussões em que os estudantes puderam expressar seus pontos de vista, colaborando para maior interação com o professor e entre eles. Em todo momento, os estudantes foram incentivados a serem os protagonistas do ensino, não meramente receptores de conteúdos. Apesar da quantidade de inscritos no minicurso, observou-se que a participação ativa nas discussões não contou com a maioria deles, o que pode ser apontado como um fator limitante quanto ao uso da metodologia.

Algumas limitações naturalmente podem aparecer na condução de um estudo. O uso de metodologias ativas na prática docente não é algo intrínseco à formação de grande parte dos professores, o que exige deles uma abertura e adaptação a novas formas de pensar e de atuar. Muitos deles foram formados numa concepção tradicionalista de ensino, o que faz com que as inovações sejam um desafio profissional. Neste trabalho, em particular, as limitações ocorreram pela participação tímida de alguns estudantes, principalmente durante a primeira aula, o que, de certa forma, influencia no protagonismo dos estudantes quando do uso de metodologias ativas. Pode-se apontar também o tempo para a condução da prática educativa, que poderia ter tido uma carga horária maior para melhor trabalhar o conteúdo planejado.

Como trabalhos futuros, indica-se uma pesquisa com a mesma temática da ética na pesquisa, com o uso de metodologias ativas, entre diferentes gerações. Por exemplo, numa turma de ensino médio e numa turma de educação de jovens e adultos, fazendo uma análise comparativa das avaliações do emprego da metodologia por parte dos estudantes e a relação entre resultados em funções de variáveis, tais como idade e facilidade de lidar com tecnologias de informação e comunicação. Tal análise pode vir a destacar a eficácia das metodologias ativas aplicadas para públicos diversos, bem como demonstrar o nível de conhecimento desses públicos sobre a temática apresentada.

Referências

Bergmann, J., & Sams, A. (2017). *Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem*. 1. ed. Rio de Janeiro, LTC.

Bonette, L. M. C., & Vosgerau, D. S. A. R. (2010). O plágio por meio da internet: uma questão ética presente desde o ensino médio. *Educação em revista*, 11(2). Recuperado em 17 junho, 2020, de <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/2318>

Capes (2011). Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. *Orientações Capes - Combate ao plágio*. Brasília-DF. Recuperado em 15 junho, 2020, de https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf.

Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. (1940). Código Penal. Brasília, DF. Recuperado em 17 junho, 2020, de http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm.

Ferreira, A. B. D. H. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (2014). *Código de boas práticas científicas*. Recuperado em 15 junho, 2020, de https://fapesp.br/boaspraticas/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas_2014.pdf.

Kessel, Z. (n.d.). O desafio de formar o educador do século XXI, conectado às demandas de uma geração cada vez mais digital. *Educatrix*, 13. Recuperado em 10 julho, 2020, de <https://educatrix.moderna.com.br/especial-metodologias-ativas-formacao-professores/>.

Krokosz, M. (2012). *Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores*. São Paulo: Atlas. Recuperado em 10 julho, 2020, de <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1588>.

Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. (1998). Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 17 junho, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm.

Nunes, V. B., & Souza, L. L. D. (2018). Formação Ética na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. *Educação & Realidade*, 43(2), 711-726. Recuperado em 20 julho, 2020, de https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362018000200711&script=sci_arttext&tlng=pt.

Oliveira, A. L. D. (2017). *O uso da sala de aula invertida e das Tecnologias da Informação e Comunicação no processo de aprendizagem*. Londrina: Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Recuperado em 10 julho, 2020, de http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/8848/1/LD_ENT_III_2017_03.pdf.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Recuperado de https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia_Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2 ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale.

Ramos, M. N. (2014). *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 5. Recuperado em 10 julho, 2020, de <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>.

Valente, J. A. (2014). Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. *Educar em revista*, (4), 79-97. Recuperado em 9 julho, 2020, de <https://www.redalyc.org/pdf/1550/155037796006.pdf>.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Leonardo Henrique Silva – 20%

Elisângela Ladeira de Moura Andrade – 20%

Letícia Rodrigues dos Santos – 20%

Juliana Cristina da Costa Fernandes – 20%

Emmanuela Ferreira de Lima – 20%